

POESIA ÉPICA NOVILATINA NO PERÍODO FILIPINO
O *Pro Elisabetha Regina Lusitanorum Poema epicum* (1626)
do P. Francisco de Macedo SJ

CARLOTA MIRANDA URBANO
Universidade de Coimbra

Abstract: Composed at the University of Coimbra to celebrate the canonization (1625) of Saint Elizabeth, Queen of Portugal, the poem «Pro Elisabeth...» was published in *Poeticum Certamen* in 1626. After a brief presentation of Francisco Macedo, S.J., the author of the 500 hexameters, a study of the poem follows. It consists of a depiction of the poet's mystical vision as he contemplates the glorification of the newly canonized Queen. Such glorification includes poetic moments like the procession of the Portuguese monarchs, to the last of whom – King Sebastião, the one who was lying defeated in the battlefield – Saint Elizabeth gives back the crown and his kingly sovereignty.

Having translated a few significant passages of the poem, in her critical review the A. remarks that the poem does not display a narrative form, even though Macedo qualifies his work as *epics*, and despite his use of the metrics conventionally associated with the *heroic* verse. Finally, the A. proposes a connection between the poem and early XVII century's Portuguese political context, during which generalized unrest due to the union of the two Iberian Crowns brought about literary forms of prophetic speculation such as the *Sebastianism*.

A Canonização de Stª Isabel e o *Poeticum certamen* da Universidade de Coimbra

Stª Isabel de Portugal, da tradicional devoção da Universidade de Coimbra e dos Colégios que desta Instituição faziam parte, foi tema não só de numerosas orações panegíricas que encontramos manuscritas nos códices 993 e 994 da

Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra e que eram pronunciadas por ocasião das suas festas, mas também de inúmeras composições poéticas em louvor da rainha que os portugueses queriam ver nos altares¹.

A fama de santidade da Rainha e a sua veneração estendeu-se além fronteiras, como o atesta a publicação em Roma, no ano de 1587, das orações que Pedro Perpinhão pronunciou nas festas em louvor da padroeira da Universidade nos anos de 1556, 1557 e 1558², bem como a atenção que poetas estrangeiros lhe dedicaram. É o caso de Lorenzo Gambará, que dedica a D. Catarina, mulher do nosso D. João III, um poema latino celebrando o milagre das rosas³.

Em 1626, um ano depois da canonização de St^a Isabel, a Universidade de Coimbra publica um *Poeticum Certamen*⁴ que recolhe uma série de poemas em louvor da Rainha Santa. À cabeça desta colectânea vem a composição *Poema epicum, siue heroicum*⁵ e mais dois poemas do então sacerdote da Companhia

¹ Estes códices constituem um documento da devoção da Companhia de Jesus à Rainha Santa, bem como do seu empenho na sua canonização. Obra de destaque no códice 993 é a *De uita et moribus Diuae Elisabethae Lusitaniae Reginae historia*, de Pedro Perpinhão, que seria depois publicada em 1609 em Colónia. A obra deste humanista foi recentemente estudada no seu conjunto por TOIPA, Helena Maria Costa, *A obra de Pedro João Perpinhão em Portugal em dissertação de doutoramento apresentada em 2000 à Universidade Católica Portuguesa sob orientação do Prof. Doutor Américo da Costa Ramalho*.

Parcialmente descrito por RAMALHO, Américo da Costa, no seu trabalho *Catálogo dos manuscritos da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra relativos à Antiguidade Clássica*, Coimbra, 1945, pp49-50, o códice 993 foi recentemente objecto de uma descrição exaustiva por parte de BARBOSA, José Manuel de Sousa, no artigo "Humanismo e práticas escolares: um outro testemunho jesuítico quinhentista (Coimbra, BGU, Cod. 993)", in *Euphrosyne*, XXIV, 1996, 405-424.

PEREIRA, Belmiro Fernandes, no seu estudo "Os descobrimentos portugueses e a Rainha Santa na obra poética de Lorenzo Gambará" in *Miscelânea de Estudos em honra do Prof. Américo da Costa Ramalho*, INIC, Coimbra, 1992, 419-438, faz um elenco das orações panegíricas e dos exercícios poéticos em louvor de Santa Isabel, existentes no códice 993.

No códice 994 encontramos treze orações de louvor a St. Isabel, da autoria dos jesuítas Diogo Secco (s.d.), João Freire (s.d.), Lucas Pereira (1611 e 1612), Apollinar de Almeida (1613 e 1614), João da Rocha (s.d.), Manuel de Escobar (s.d. e 1616), Lucas Veloso (s.d.), Domingues Teixeira (1621), Sebastião da Maia (s.d.) e Francisco Manso (1629).

² Cfr. PEREIRA, Belmiro, op. cit. p437.

³ Este poema encontra-se traduzido no artigo supracitado, pp435-436.

⁴ *Sanctissimae Reginae Elisabethae Poeticum Certamen dedicat et consecrat Academia Conimbricensis, iussu illustrissimi D. Francisci de Brito de Menezes a consiliis Catholicae Maiestatis et eiusdem Academiae Rectoris*, Coimbra, 1626. No início da obra saiu impresso o discurso pronunciado pelo P. Bartolomeu Pereira SJ nas festas da Universidade por ocasião da canonização: *In Apotheosi Sanctissimae Elisabethae Lusitaniae Reginae Oratio Encomiastica*.

⁵ Este poema foi mais tarde reeditado na colecção do P. António dos REIS e Manuel MONTEIRO, *Corpus Illustrum Poetarum Lusitanorum qui latine scripserunt*, Lisboa, 1748, tomo VII, pp78-94.

de Jesus, o P. Francisco de Macedo⁶. Segue-se um longo poema (769 hexâmetros dactílicos), cuja autoria não podemos identificar, intitulado *Bella inter Regem Dionysum, et Principem Alphonsum filium impie, et temere suscitata, a sanctissima Regina Elisabetha per miraculum gloriose sedata*.

Seguem-se mais doze poemas de menor dimensão, no mesmo metro – além de várias elegias, epigramas e odes; numa segunda parte têm lugar a canção, a lira e o soneto na língua portuguesa, ainda a canção, as décimas e o romance em castelhano e a canção e o soneto em italiano.

O P. Francisco de Macedo

A figura de Fr. Francisco de Santo Agostinho de Macedo e a sua obra filosófica foram já objecto de estudo de Ilídio de Sousa Ribeiro numa monografia que a Universidade de Coimbra publicou em 1952⁷. Interessa-nos aqui, porém, o jesuíta mestre de retórica, faceta também já estudada por Aníbal Pinto de Castro⁸, mais que o professor de filosofia que viria a ser franciscano de assinalável actividade docente em Roma, Veneza e Pádua. No capítulo que dedica à sua biografia, Sousa Ribeiro descreve, tanto quanto possível, o percurso da sua formação e actividade, antes e depois da sua pouco esclarecida saída da Companhia de Jesus. A sua vastíssima obra é exhaustivamente enumerada e, sempre que possível, localizada no segundo capítulo, de cuja leitura podemos concluir que a produção literária do jesuíta foi sobretudo poética, embora o franciscano continuasse a publicar poesia, para além dos sermões e da prosa dedicada à controvérsia teológica e ao tratado filosófico.

Sousa Ribeiro acrescenta à leitura das fontes tradicionais⁹ e dos testemunhos contemporâneos, uma leitura bastante completa da obra de Francisco Macedo e das referências autobiográficas que nela encontra. Recolhemos aqui o que nos parece mais significativo.

⁶ A autoria das composições poéticas não vem indicada na obra, mas os três primeiros poemas a que nos referimos vêm editados no *Corpus ...* op. cit. como da autoria do P. Francisco de Macedo.

⁷ RIBEIRO, Ilídio de Sousa, *Fr. Francisco de Santo Agostinho de Macedo, um filósofo escotista português e um paladino da Restauração*, ACTA VNIVERSITATIS CONIMBRICENSIS, Coimbra, 1952.

⁸ CASTRO, Aníbal Pinto de, *Retórica e Teorização literária em Portugal*, Coimbra, 1973, pp 66-70.

⁹ António FRANCO, *Imagem da Virtude em o Noviciado da Companhia de Jesus no Real Collegio de Jesus de Coimbra*, Coimbra, 1719; Barbosa MACHADO, *Bibliotheca Lusitana*, Lisboa, 1747; SOMMERVOGEL, *Bibliothèque de la Compagnie de Jésus*, Bruxelas, 1894.

Francisco Macedo nasceu em 1596 na freguesia do Botão (Coimbra), filho de um honrado sapateiro e de sua mulher¹⁰ e, naquela cidade, deu entrada no Noviciado da Companhia de Jesus em Maio de 1610. Dois anos depois frequentava as aulas de Retórica no Colégio das Artes. Em 1614 estudava Filosofia pelo Curso dos Conimbricenses, como ele próprio afirma¹¹ e, em 1615, deu início aos estudos de Teologia, que durariam quatro anos.

Em 1620, o P. Francisco Macedo era mestre de Retórica no Colégio de St. Antão, em Lisboa. Ensinou depois em Santarém (1625) e foi a notícia do seu talento que o levou a Madrid em 1628 para ensinar Retórica no Colégio Imperial. Em 1630 fez a profissão solene dos quatro votos.

Apesar da admiração que por ele nutria D. Filipe IV e das relações que estabelecera com a corte de Madrid, o P. Macedo não se inibiu de manifestar o seu inconformismo com a união das Coroas pelo que, em 1637, por ocasião de tumultos anti-castelhanos em Évora, acusado pelas palavras dos seus sermões, se viu 'encerrado' na Casa Professa de São Roque, em Lisboa onde esteve até 1640. A sua permanência nesta casa, porém, não se relaciona apenas com aquela acusação, mas também com a sua saída da Companhia para o que pediu autorização em 1638. Os pormenores e as razões da sua saída são tanto quanto possível esclarecidos por Sousa Ribeiro mas registamos aqui as palavras do próprio P. Macedo: "a Companhia não me lançou de si mas eu deixei a ella...e devo muito à Companhia porque a perseguição que me moveu foi pela querer deixar e pera ficar nella me prendeu em custodia honrada, como he notório; e depois de escapar della me rogarão em Pariz, em Roma que tornasse à Companhia¹²."

Com a Revolução de 1640 começa para o P. Macedo uma nova fase ao serviço da legitimação da Dinastia de Bragança¹³. Logo em Fevereiro de 1641 partiu oculto com a embaixada de D. João IV a França, como agente secreto, mas também para dali se dirigir a Roma, ao Geral da Companhia, com o fito de

¹⁰ João Rodrigues, Tribuno do povo e oficial da Inquisição, e Maria de Macedo, naturais da freguesia de St. Cruz de Coimbra. Cfr. RIBEIRO, op. cit. p 8.

¹¹ Cfr. *ibidem* p 10 nota 16 "*Cursum Conimbricensem a quo Philosophiam didici*".

¹² *ibidem* p 15.

¹³ Sobre este aspecto escreveu mais recentemente MARQUES, João Francisco, *A Parenética Portuguesa e a Restauração, (1640-1668)*, Porto, 1989, 2 vol. onde faz uma relação breve da vida de Fr. Francisco de St. Agostinho de Macedo e fornece algumas informações bibliográficas. Cfr. vol. II p 369.

alcançar a dispensa dos quatro votos que lhe permitiria professar noutra Ordem Religiosa. Regressado a Portugal, professou em 1642¹⁴ na Província reformada de St. António da Ordem Franciscana, província da qual se veio depois a transferir em 1646 para a Província Observante, ao que parece, por alguma perseguição de que se sentira vítima.

Fr. Francisco de St. Agostinho de Macedo acompanhou várias missões diplomáticas, a pedido de D. João IV, às principais cortes da Europa e foi nomeado cronista do reino em 1650. Posteriormente, o seu prestígio chegou a Roma onde foi professor no Colégio *Propaganda Fide*, ensinando Controvérsia, ou Teologia Polémica, a pedido do Papa Alexandre VII, em 1656. Em 1660 foi o primeiro Professor de História Eclesiástica na Universidade de Roma *La Sapienza*. Em Setembro de 1667 defendeu conclusões em Veneza e em Dezembro seguinte aceitou a cátedra de Filosofia Moral da Universidade de Pádua que o Senado de Veneza lhe oferecia. É deste último período que datam as controvérsias e as polémicas doutrinárias que sustentou com os Cardeais Bona e Nórís, tendo chegado no seu decurso a estar preso.

Francisco Macedo, porém, voltou à sua cátedra na Universidade de Pádua, onde ensinou até 1 de Maio de 1681, dia em que morreu com 85 anos de idade.

Do tempo da sua formação o P. Macedo recorda o P. Bento de Gouveia¹⁵, seu professor de Filosofia, o P. Baltasar Telles¹⁶, seu condiscípulo, e o P. Fran-

¹⁴ Neste mesmo ano surge como professor de filosofia do Colégio de Coimbra um P. Francisco de Macedo que não devemos confundir com o autor deste poema, que pediu permissão para deixar a Companhia em 1638, como já foi dito. Trata-se de um outro sacerdote da Companhia, com o mesmo nome, que também a deixou, vindo, mais tarde, a ser cónego de Barcelos. Conforme reza o "Catálogo dos Professores de Philosophia no Collegio de Jesus de Coimbra desde o anno de 1555 e no d'Evora", in Cod. 993 BGU, fol. 478: "1642—P. Francisco Macedo, despedido no 2º anno acabou o curso o P. Paulino". Veja-se ainda MACHADO, Barbosa, op. cit. II, p. 178.

¹⁵ Professor de Filosofia do Colégio de Coimbra no ano de 1613, conforme o catálogo supracitado, fol. 478.

¹⁶ Professor de Filosofia e Teologia nos colégios de Coimbra e de Lisboa, publicou uma *Suma de toda a Filosofia* que conheceu três edições (*Summa uniuersae Philosophiae*, Lisboa, 1642, Paris, 1644 e Lisboa 1652), mas foi sobretudo à história da Companhia de Jesus que dedicou o seu trabalho de que se destaca a *Chronica da Companhia de Jesus na Provincia de Portugal, e do que fizeram nas conquistas deste Reyno os Religiosos que na mesma Provincia entraram nos annos em que viveo Santo Ignacio de Loyola nosso fundador*, I parte, editada em Lisboa, 1645. Dois anos depois edita a segunda parte, *Summario das vidas dos Serenissimos Reys D. João III e D. Henrique Fundadores e insignes Bemfeitores desta Provincia*. Cfr. MACHADO, Barbosa, *Bibliotheca Lusitana*, op. cit. Tomo I pp458-458.

cisco Suarez¹⁷, que ainda conheceu em Coimbra, e foi seu professor de Teologia, ainda que por pouco tempo, pois jubilou-se em Fevereiro de 1616. Até ao ano de 1620, ano em que deixou Coimbra, foi Reitor do Colégio das Artes o famoso mestre de Retórica e Sagrada Escritura, o P. Francisco de Mendonça¹⁸, autor do *Breue compendium Rhetorices* que resultou do exercício do seu magistério em Coimbra e em Évora. Esta obra sua foi postumamente publicada com outras em colectânea que tomou o nome de *Viridarium Sacrae et Profanae eruditionis*¹⁹, livro que recolhe desde o tratado à oratória passando pela poesia, e foi bem aceite no meio pedagógico de Coimbra, como o prova a sua reedição²⁰. O P. Macedo foi um dos censores do *Viridarium* cuja primeira edição publica uma colecção de poemas que o Colégio de Coimbra dedica ao P. Mendonça por ocasião da sua morte²¹. Nessa colecção podemos ler quatro elegias, um epitáfio e um

¹⁷ O célebre teólogo e filósofo jesuíta, natural de Granada, ocupava a cátedra de Teologia da Universidade de Coimbra desde finais do séc. XVI e, em Coimbra, viveu a fase mais brilhante e profíqua da sua vida intelectual. Morreu em Lisboa, e aí foi sepultado, na Casa Professa de S. Roque em 1617. Sobre o seu contributo filosófico veja-se, p.ex. MAURÍCIO, Domingos, "Os jesuítas e a filosofia portuguesa dos séc. XVI a XVIII. Os Conimbricenses – Suarez – Molina" in *Brotéria*, XXI, 1935, 310-329.

¹⁸ Francisco de Mendonça ingressou na Companhia de Jesus em 1587. Mestre em Coimbra e Lisboa, cursou Teologia em Évora. Foi reitor dos Colégios de Coimbra e de Évora e em 1625 foi eleito Procurador Geral da Província Portuguesa em Roma. Cfr. MACHADO, Barbosa, op. cit. II, 203-206. Conforme escreveu o bibliógrafo Inocêncio, Francisco Mendonça "introduziu os *conceitos* nos sermões passando este gosto e estilo aos pregadores de Hespanha e Itália". Cfr. INOCENCIO, *Diccionario bibliographico portuguez* Lisboa, 1859, III, p 13. Veja-se sobre as primeiras afirmações desta 'paternidade' dos conceitos predicáveis, bem como sobre o contributo da obra do P. Mendonça para o desenvolvimento de uma retórica barroca no seu tempo a obra supracitada de Anibal Pinto de CASTRO, cap. II "O 'método português' de pregar. Sua formação e difusão" 84-141, sobretudo pp 132-133.

O P. Francisco Mendonça, depois de ensinar em Coimbra, doutorou-se em Évora em 1609, onde ensinou por mais alguns anos, até que foi chamado a Coimbra para o Reitorado do Colégio das Artes. Pelas datas dos seus sermões (MACHADO, Barbosa, op. cit. p 206), em 1618 estaria já em Coimbra, e em 1621, quando imprimia a *Primeira parte dos Sermões*, é chamado a Évora, também para o Reitorado, segundo FRANCO, António, op. cit. I, p 480.

¹⁹ MENDONÇA, Francisco de, *Viridarium Sacrae et Profanae Eruditionis*, Lugduni, 1631.

²⁰ Cfr. RODRIGUES, Francisco, *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*, Porto, 1938, 2.II, pp 64-65. Podemos ler em MACHADO, Barbosa, op. cit. II, p 206 a enumeração das sucessivas edições: (note-se que, por lapso, o bibliógrafo indica 1632 para a data da primeira edição) Lugduni, 1631; Coloniae, 1633; Lugduni, 1645 e 1649; Lugduni, 1650; Coloniae, 1733. Conhece-se ainda uma edição de Colónia, de 1701, exemplar da Biblioteca do Real Colégio de S. Pedro de Coimbra (hoje pertença da BGU).

²¹ Tendo adoecido na viagem que fazia de regresso de Roma a Portugal, o P. Francisco Mendonça morreu em 1626 no Colégio de Lyão, em França. Por ocasião dessa morte os membros do Colégio de Coimbra, ao qual pertencera, compõem um certame poético que imprimem com a edição

epigrama da autoria do P. Francisco de Macedo. Com efeito, aquele conhecido orador governou o Colégio das Artes no período da formação de Francisco Macedo e este terá tido por companheiros²² o mestre de Retórica, P. Francisco Machado²³ que, com a sua oratória também defendeu a legitimação da Casa de Bragança, e o P. Bartolomeu Pereira²⁴, mestre de Artes, depois de Sagrada Escritura no Colégio das Artes em Coimbra, notável poeta latino, que também usou o púlpito para apoiar a causa da Restauração²⁵.

O Pro Elisabetha Regina Lusitanorum recens consecrata. Poema epicum siue heroicum.

O poema que abre aquela colecção, é digno de alguma atenção da nossa parte. Classificado como épico pelo autor, na realidade, este poema é uma *oratio* em verso heróico, de matéria épica, mas que não segue as rituais proposição e invocação, condição *sine qua non* imposta pela prática da epopeia renascentista, nem instala uma narrativa. A matéria de louvor do herói reveste-se predominantemente da forma descritiva, e só ocasionalmente o poeta canta os 'feitos' de St^a Isabel, a heroína louvada no poema. Em cerca de 500 hexâmetros dactílicos

póstuma desta obra. Quando morreu, o P. Mendoça era Reitor de Évora, e não membro do Colégio de Coimbra, como erradamente supusemos ao traduzir uma elegia em sua honra. Cf. MIRANDA URBANO, *A Oração de Sapiência do P. Francisco Machado SJ*, Lisboa, 2001, pp. 39-47.

²² Não seriam colegas especificamente do mesmo ano, mas terão convivido. Francisco Macedo deu entrada no Noviciado de Coimbra em 1610, Francisco Machado em 1612 e Bartolomeu Pereira em 1613.

²³ Foi este jesuíta, que mais tarde se notabilizou como orador, quem recolheu esse certamen poético e lhe juntou uma elegia e um epitáfio da sua autoria, dedicados ao P. Francisco Mendoça. Tivemos oportunidade de traduzir a referida elegia no nosso estudo *A Oração de Sapiência do P. Francisco Machado SJ (1629)* Introdução tradução e comentário, Lisboa Colibri, 2001, pp 39-47. Sobre os seus sermões veja-se MARQUES, Francisco, op. cit. I, p 70 e 111; II, p 233 e 371.

²⁴ A sua obra mais notável data do ano da Restauração, mas foi editada antes dela. Trata-se de uma epopeia latina de doze cantos num total de cerca de seis mil versos que tem por tema a missão e o martírio (1626) do Beato Francisco Pacheco, Provincial da Companhia de Jesus do Japão, juntamente com oito companheiros. Sobre este poema veja-se TORRES, Amadeu, "A Arquidiocese de Braga e a Expansão da Fé: Nos 350 anos da *Paciecidos Libri XII*", sep. de Homenagem à Arquidiocese Primaz nos 900 anos da Dedicção da Catedral, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1993, 243-252; TORRES, Amadeu, "A *Paciecidos libri XII* e a sua versão francesa de 1887" *Humanitas*, XLVII (1995) 861-870; MIRANDA URBANO, Carlota, "Cantus *Coniualis* no Canto I da *Paciecidos libri duodecim...* de Bartolomeu Pereira SJ (1640)", *Humanitas*, 1999, 285-299.

²⁵ MARQUES, op. cit. faz numerosas referências a este aspecto e inclui Bartolomeu Pereira na sua Tábua biobibliográfica no vol. II p 379.

(497), o P. Francisco de Macedo faz o elogio da Rainha Santa, recorrendo à descrição e louvor de um cortejo imaginário composto pelos monarcas do Reino desde o início da nacionalidade até D. Sebastião, terminando depois com a entrada de St^a Isabel na Glória dos Céus e encerrando a composição com a peroração à pátria enlutada, para que enxugue as suas lágrimas e de novo erga a cabeça, pela mão da nova Santa que tem em seus altares.

A composição começa como um hino de louvor a St^a Isabel, à sua chegada como membro da corte celestial, ela que finalmente trará o descanso à pátria aflita e transformará esta idade de ferro em idade de ouro:

*Venisti tandem*²⁶ *Lux alma et debita nostris*
Ah nimium curis, totiesque vocata Parentum
Nunc prece, nunc lacrymis; requiem allatura, decusque
afflictae patriae: quae ferrea tempora in aurum
convertes; qua nos propius respexit ab alto
*Omnipotens Genitor, uultuque afflauit amico*²⁷.

Vieste enfim, doce auxílio, a nossos muitos cuidados destinado,
 tantas vezes invocada pelas preces e pelas lágrimas dos nossos avós
 para trazer o descanso e a glória à pátria aflita;
 tu que hás-de converter em ouro esta idade de ferro,
 pois por tua graça, Deus Pai Omnipotente voltou sobre nós
 lá do alto, o seu olhar favorável.

O poeta abre a composição com os dois tópoi que lhe dão razão de ser: a canonização da rainha que os portugueses há muito queriam venerar nos altares e a graça da libertação da pátria que ela trará aos seus. Parece-nos clara a dupla leitura a fazer destes versos. A alegria da canonização há tanto ansiada é motivo de esperança para aqueles que pretendem repôr a integralidade da soberania portuguesa, pondo fim à união das duas coroas, contra a qual, na década de vinte, se vinha agudizando um geral descontentamento²⁸. Esta chave de leitura

²⁶ A expressão repete-se no início do v.6, acentuando o sentimento de alegria provocado pela chegada de algo que há muito era esperado.

²⁷ Cfr. *Corpus Illustrium Poetarum lusitanorum* p 78 vv 1-6.

²⁸ Para este clima de descontentamento contribuíram, decerto, a perda de Ormuz para os ingleses em 1621, a tomada de Salvador pelos holandeses em 1624, a crise de fome que se fez sentir

podemos mantê-la até ao final do poema. Na verdade, aquilo que o poeta trabalha como matéria épica, o carácter heróico de St. Isabel e os *Magnanimi Heroes* que em cortejo triunfal nos céus a acompanham, traduz-se num olhar sobre os heróis nacionais do passado para, pela sua exaltação, estimular o aborrecimento do presente e projectar a esperança no futuro.

Do céu aberto, o poeta vê descer os heróis nascidos em melhores dias, em cujo reinado outrora se estabeleceu o império lusitano, heróis que nos evocam os feitos da rainha trazendo na mão os sinais e figurações das suas virtudes, e os indícios do presente triunfo de St^a Isabel.

*Fallor? An incipiunt portis se effundere apertis
Magnanimi Heroes, nati melioribus annis,
Sub quibus Imperium quondam hoc stetit : altior illis
Maiestas, speciesque augustior: undique corpus
Splendor obit Solem exuperans; intexta coronis
Sidera scintillant, capitum ornamenta; refulget
Dignior, et qualis Superos decet, oris imago.
Reginae hi recolunt ingentia facta, manuque
Virtutum argumenta ferunt, vitaeque prioris
Indicia ostentant, partae nunc praemia palmae²⁹,*

Mas, é uma ilusão, ou vejo eu avançar por estas portas abertas
Heróis magníficos, nascidos em melhores tempos,
em cujo reinado um dia este império se ergueu?
É superior a sua grandeza, mais nobre a sua aparência;
o esplendor que os cerca supera o sol
e entretecidas em suas coroas brilham as estrelas, ornamento da sua frente;
resplandece mais grave a visão do seu rosto, como aos Santos convém.
Eles trazem-nos à memória as obras sublimes da Rainha,

em Maio de 1622, bem como o agravamento de ataques dos holandeses sofridos pela mesma altura na Foz do Tejo e nas barras do Porto e de Aveiro, e ainda as incursões de turcos e mouros na costa Algarvia que traziam a população em alvoroço. Em Maio de 1623 levanta-se em Lisboa um motim por um soldado espanhol ter disparado contra um capitão português, o que revela a tensão popular contra a presença de castelhanos entre nós. Cfr. SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal, (1580-1640)*, Verbo, Póvoa do Varzim, 1979, IV, pp 94-98.

²⁹ vv39-48, *Corpus...* op.cit.p 79

carregando nas mãos os sinais das suas virtudes
e ostentam os anúncios dessa vida futura
e os prémios da palma agora alcançada:

O Cortejo abre com D. Afonso Henriques inevitavelmente identificado pelo milagre de Ourique com Jesus Cristo Crucificado. Por isso, é uma coroa de espinhos, e não de pedras preciosas, a que ostenta, e é essa coroa que a própria St. Isabel, depois de viúva, também vai usar, abraçando a Cristo e renunciando às riquezas na profissão religiosa. Ao lado de D. Afonso vem D. Sancho I que traz um ramo de onde brotam rosas de ouro, evocando as rosas do milagre que depois no poema se descreve³⁰. Não longe vem D. Afonso II que traz gravado no escudo um monumento fúnebre, o futuro 'sepulcro' claustral de St. Isabel³¹. De seguida, D. Sancho II, o Capelo, que vestido de monje e cingido de corda evoca as clarissas, essas santas mulheres que cultivam a virgindade e a pobreza, a quem se uniu St. Isabel, para também viver a vida do céu no seu corpo mortal. Segue-se D. Afonso III ostentando um escudo de ouro cercado de pedras preciosas, no meio do qual o Tejo se abre em dois para dar passagem segura à Rainha.

Aproximam-se depois duas figuras reais, semelhantes de corpo e de feições, mas diferentes na idade. São pai e filho, as meninas dos olhos da Rainha Santa, o filho D. Afonso e o marido D. Dinis. Depois de evocar a aliança portuguesa com Aragão que foi firmada com o casamento do monarca com D. Isabel, o poeta aproveita para narrar a intervenção da Rainha no combate que opôs pai e filho, dividindo o país. Este é um dos passos mais belos do poema. Quando o texto nos prepara para a descrição épica de um combate, a intervenção da rainha transforma o passo no elogio da paz celebrada entre os dois partidos.

Hinc Pater, hinc Natus diuerso ex agmine fulgent
Oppositi: in partes scindit se Lysia: Cives
Divisi studiis Natumue Patremue sequuntur;

³⁰ Trata-se do milagre tradicionalmente atribuído a St.^a Isabel. Este milagre, porém, faz parte da mais vasta tradição hagiográfica dos heróis da caridade, e a representação do regaço cheio de rosas está-lhes associada na iconografia de santos como St.^a Isabel da Hungria, tia-avó de St.^a Isabel de Portugal.

³¹ Note-se que se entende a vida monacal como a morte para este mundo e uma passagem escatológica para a eternidade.

Jamque acies, medio uideas concurrere campo
Et miscere manus; stricits seges ensibus illic
Horrescit jaculis, hic ferreus ingruit imber:
Saxa uolant, furit in mediis Mars impius armis.
Parte alia Elisabeth campo se immittit inermis,
Perque acies, perque arma ruit, non obuia tela
Non gladii, non saxa mouent, non uulnera tardant
Ardentem, dant arma locum, turmaeque recedunt.
At vero Alphonsus materno uictus amore
Dirum execratur bellum, supplexque Parentis
Allapsus genibus, pacem, ueniamque precatur.
Post iidem inter se posito certamine Reges
Elisabetham adeunt, causamque caputque salutis;
Dantque manus: uictricem acies clamore salutant³².

De um lado o pai, do outro o filho, resplandecendo cada um com seu exército,

frente a frente: em dois partidos a terra Lusa se divide,
e os portugueses divididos, com ardor seguem, uns o pai, outros o filho;
Já se vêem as linhas de batalha avançar para o meio do campo em ataque cruzado;

De um lado, apertados os punhos das espadas,
eriça-se a terra de lanças semeada, do outro, abate-se uma chuva de ferro:
Voam pedras, irrompe o ímpio Marte por entre as armas.
E eis que de outra direcção se lança sobre o campo, desarmada, Isabel,
precipita-se pelo meio das linhas, por entre as tropas, suspendem-se os dardos,

as espadas calam-se e deixam de ferir as pedras,
amaina a fúria das armas e recuam os dois exércitos.
Afonso, vencido pelo maternal amor amaldiçoa a crua guerra
e suplicante, prostra-se aos pés do pai, implorando a paz e o perdão.
Depois, os mesmos reis, abandonando a luta que entre si travavam,
aproximam-se de Isabel, causa e origem da sua salvação, e dão as mãos:
Os exércitos saúdam clamorosamente a vencedora.

³² Vv 166-182, *Corpus...* op. cit. pp 83-84.

Segue-se no cortejo D. Pedro, o Justicheiro, que traz gravada no escudo uma fornalha de onde se erguem aos astros uma nuvem de fumo e labaredas e depois D. Fernando, o Belo, com a formosa cabeleira, trazendo na direita uma bacia de ouro e ao ombro alvas toalhas, anunciando a caridade de St. Isabel que se curvava também ela sobre uma bacia mas para tratar e lavar os pés dos doentes e dos miseráveis³³. É uma alusão, por contraste, à emblemática caridade da Rainha que resgatou cativos, fundou e sustentou vários Hospitais, para além de cuidar pelas próprias mãos os leprosos e mendigos que secretamente convocava.

Aproxima-se D. João I, nosso vingador³⁴, em cujo escudo se divisa a figura de um templo, morada de virgens, que o nome de Clara protege, junto ao rio Mondego³⁵. Trata-se do Mosteiro de St.^a Clara, de Coimbra, fundado em 1286, junto do qual se recolheu D. Isabel depois de viúva e cuja construção acompanhou com grande zelo. Nos versos seguintes, a Rainha assiste às obras do mesmo Mosteiro e da Igreja onde manda que o seu corpo fique sepultado. Segue-se D. Duarte, em cujo escudo se representa St.^a Isabel, peregrina de Santiago de Compostela, onde a pé se dirige, para venerar as relíquias do Apóstolo³⁶.

Segue-se D. Afonso V, o Africano, que evoca no seu escudo, uma bela figura de mulher, que por intercessão da Rainha Santa é arrancada às chamas do castigo infernal, e levada para a Glória dos Santos. O poeta designa-a apenas de 'filha', tratando-se decerto de D. Isabel, mulher deste monarca, filha de D. Pedro, o Infante regente³⁷.

³³ Note-se o significado eucarístico do gesto de lavar os pés (Jo 13, 1-17) que o ritual de Quinta-feira Santa ainda hoje celebra. A Rainha Santa fazia este gesto, também nesse dia da Última Ceia.

³⁴ É assim que o poeta o denomina *nostru uindex* e prossegue, *Lysiae spes unica*. Cfr. vv 212 e 213 p85. Para o valor destas expressões veja-se a nota seguinte.

³⁵ Talvez o poeta tenha escolhido este emblema para D. João I por ele próprio ter mandado edificar o célebre Mosteiro de St.^a Maria da Vitória, mais conhecido pelo Mosteiro da Batalha, em evocação de Aljubarrota e da vitória que confirmou a integralidade da soberania portuguesa. Já os epítetos de *nostru uindex* e *Lysiae spes unica* (vv 211 e 231, *Corpus...* op. cit. p85) induzem o leitor à identificação do contexto político da sua época com aquele em que D. João I é aclamado Rei de Portugal.

³⁶ Devota de São Tiago, St.^a Isabel foi duas vezes ao seu santuário, com o hábito de peregrino e acompanhada apenas de duas amas, como no poema o P. Francisco Macedo escreve: "(...) *habitu uulgaru induta, pedestrem/ Elisabetha uiam paucis comitata ministris/ Ingreditur, baculo gressus firmante Jacobi/ Limina sacra petit(...)*" Cfr. *Corpus...* op. cit. vv230-233, pp 85-86.

³⁷ Neste passo, o poeta alude, provavelmente, à cumplicidade passiva de D. Isabel quando, no desfecho das intrigas que colocaram D. Afonso V contra o tio e sogro D. Pedro, ela mesma terá escrito ao pai comunicando-lhe a decisão do conselho de o condenar à morte, prisão perpétua ou desterro. A jovem rainha veio a morrer pouco depois da Batalha de Alfarrobeira em que morreu seu pai.

Segundo no nome, não na virtude, segue-se D. João II, que ostenta no escudo a representação da morte de St.^a Isabel, surpreendida pela doença em Estremoz, onde se dirigira para tentar resolver mais uma desavença familiar, desta vez entre o filho, D. Afonso IV e o neto, Afonso XI de Castela³⁸.

Aproxima-se depois D. Manuel que o poeta reconhece pelo globo³⁹ que traz na mão, aquele que venceu o oceano e os monstros do mar, que aos mundos desconhecidos levou o nosso estandarte, que subjugou a barbárie e os povos infieis. Este ostenta, não uma, mas todas as obras da Santa junto dos pobres, dos doentes e dos presos, e ainda a sua piedade no lavor dos ornamentos sagrados do culto litúrgico em favor do qual, a rainha se desfez de parte do seu património⁴⁰.

D. João III, o cultor de Atenas, que o poeta enaltece com os habituais lugares-comuns, como o amante da paz e do saber⁴¹, traz um quadro que representa o cortejo fúnebre em que o corpo da rainha foi transportado de Estremoz a Coimbra, para ser sepultado na Igreja do convento de St.^a Clara. Na descrição desse cortejo o P. Macedo cruza claramente dois momentos: o do cortejo de Estremoz para Coimbra nove dias depois da morte de St.^a Isabel e o momento em que foi aberta a sua jazida em Março de 1612, encontrando-se o seu cadáver incorrupto⁴². Só assim se compreende que o poeta celebre o prodígio de o seu corpo, apesar da força do calor que se fazia sentir (a Rainha morreu em Julho), não conhecer a ruína dos vermes e do sepulcro, bem como o de exalar um suave odor⁴³.

³⁸ O poeta dá algum destaque à descrição da morte da rainha usando os habituais *topoi* da serenidade e da fé inabalável da moribunda que invoca sem cessar o nome da Virgem Maria (vv266-281).

³⁹ Representado com o globo, símbolo do universo mundo, D. Manuel, neste contexto, invoca sobre si a vocação universalista de Portugal.

⁴⁰ Esta identificação mais completa de D. Manuel com St.^a Isabel, deve-se, talvez, ao facto de ter sido a instâncias suas que a rainha foi beatificada (para Coimbra e seu bispado) por Leão X em 1516.

⁴¹ *Palladii cultor...studiorum et pacis amator*. Cfr. *Corpus...* op. cit. vv 323 e 324 p 89. O patrono da Universidade e da Companhia de Jesus parece ser uma figura Real preferencialmente eleita por autores da Companhia que fazem o seu elogio nas mais diversas circunstâncias, mesmo durante a dinastia filipina. Veja-se a este propósito MIRANDA URBANO, Carlota, *A Oração* op. cit. pp 68-70.

⁴² Cfr. SERRÃO, V. op. cit. 397. Foi então que o bispo de Coimbra, D. Afonso de Castelo Branco, mandou fazer, para recolher o corpo de St.^a Isabel, um novo sepulcro coberto de prata.

⁴³ Cfr. "*Quin aestu in medio, cum Syrius ureret agros/ Nec uermes sensit corpus, nec damna sepulchri:/ perstitit illaesum, dulcemque effluit odorem.*" *Corpus...* op. cit. vv339-341. Este cruzamento é compreensível pela atmosfera mística instalada desde o início do poema, libertando a sua leitura do rigor e coerência cronológicos.

Encerram este cortejo triunfal dois heróis. Trata-se do Cardeal D. Henrique, glória derradeira do reino lusitano, e de D. Sebastião. D. Henrique identifica-se pela veste cardinalícia que, no dizer do poeta, em algo se assemelha à tiara de Pontífice⁴⁴, e traz também num quadro a representação da elevação de St^a Isabel aos altares. D. Sebastião, esse, vem envolto numa nuvem, em que o poeta divisa o espectáculo desolado de um fim de combate. As insígnias de Portugal estão por terra, a coroa real tombada, um rosto pálido sujo de poeira, com os cabelos desalinhados pela face, jaz por terra. Estes versos são de intenso tom elegíaco, e prosseguem num Hino ao desejado:

*(...) Nec jam te absconde Sebaste,
Laetitia o Regni brevis, o spes uana tuorum,
O desiderium, cura importuna, dolorque
Aeternus, quanquam iustus (...)*⁴⁵

Não mais vos escondeis D. Sebastião,
ó breve alegria deste reino, ó vã esperança dos vossos,
ó saudade, cuidado que não tem repouso, dor eterna, posto que justa.

O poeta, porém, vê que o fulgor daquele rosto reaparece, divisa no seu olhar um sorriso. É que St^a Isabel, apiedada do sofrimento lusitano, exorta-o a esperar por melhores dias...

estende a mão àquele que jaz caído,
(...) a custo arrasta os seus membros enfermos,
soergue-o, apoiando-o, e de novo o eleva às alturas do poder;
devolve-lhe o ceptro e a coroa:

*Ergo manum labenti offert, (...)
(...) uix et genua aegra trahentem
Sustentatque, leuatque, iterumque extollit in altum
Imperii culmen; sceptrum, et diadema reponit*⁴⁶.

⁴⁴ Com efeito, o Cardeal D. Henrique, em 1555 obteve quinze votos na eleição papal.

⁴⁵ Cfr. *Corpus...* op. cit. vv 381-384, op. cit. p91.

⁴⁶ Cfr. *Corpus...* op. cit. vv 393-396, p 91.

É então que Santa Isabel encerra este cortejo, transportada no seu carro triunfal. Acompanham-na os anjos, cantando hinos sagrados, e o céu abre as portas de par em par. Santa Isabel senta-se no trono, resplandecendo em sua coroa de estrelas. No seu aspecto e vulto luminoso nada há de mortal. Os últimos versos do poema são um hino de louvor e uma prece. Se St^a Isabel recorda ainda algum amor da mãe que na terra foi, cuide agora de Portugal:

*Atque age tutelam Lysiae, et sub numine serua
laeta tuo, et quam olim belloque, opibusque superbam
Rexisti, fractam refice, atque attolle jacentem*⁴⁷.

Zelai, pois, pela defesa de Portugal,
guardai-o sob o vosso braço protector,
a nação que outrora, na guerra, governastes soberba em sua grandeza,
agora alquebrada, restaurai-a, erguei-a, que jaz prostrada.

O poeta imagina já os efeitos da nova intercessão. St.^a Isabel devolve a honra e o vigor à nação pátria. Não mais os Holandeses, não mais os Massilos e os piratas de Argel farão derramar o nosso sangue⁴⁸.

*Quid loquor? aut ubi sum? non Elisabetha iacentem
Eriget; erexit iam, atque ornamenta prioris
Restituit famae, primaque in sede locauit:
Virtutemque decusque amissum reddidit, et nos
Degeneres genus ad patrium, roburque reduxit.
Nec iam Massylum gentes, Maurusiaque arua,
Proh dolor! et nostro recalentes sanguine campi;
Nec pestes pelagi insidiae, Algericae triremes:
Nec Batavum classes, tormentaue dira timorem
Incutiunt: plorat uersis gens impia fatis;
Elisabeth strages, infaustumque omen in illos*

⁴⁷ Cfr. *Corpus...* op. cit. vv434-436, p92.

⁴⁸ Os Massilos são um povo da Numídia, região que na época clássica correspondia em boa parte à actual Argélia. Cfr. FREIRE, José Geraldes, "Numídia" *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, Verbo, Lisboa, vol. XIV p 375. Recorde-se que Argel, sob o domínio dos turcos desde 1529, prosperou consideravelmente no séc. XVII graças à pirataria que dominava as costas do Mediterrâneo, fazendo reféns, entre outros, muitos portugueses.

*Conuertit; deflent sua funera, foeda per illos
 Tempestas ruit effuso cum sanguine: nomen
 Iam Lusitanum miseri hořrescuntque, tremuntque*⁴⁹.

Mas, que digo eu? onde estou? St.^a Isabel não há-de erguer essa que jaz,
 pois ergueu-a já, restituiu-lhe as insígnias da sua glória primitiva,
 colocou-a no seu trono antigo, devolveu-lhe a honra e a glória perdidas,
 e a nós, indignos, de novo trouxe a raça e o vigor pátrios.
 Não mais os povos da Massília, ai dores!,
 não mais os campos e as terras dos Mouros
 hão-de aquecer com o nosso sangue,
 não mais as desgraças e as ruínas no mar
 nem as triremes dos piratas da Argélia!
 não mais as armadas dos Batavos lançarão contra nós
 as suas tremendas máquinas de guerra e o terror.
 Mudada a sorte, lamenta-se agora essa ímpia nação.
 St.^a Isabel lança sobre eles a desgraça e um terrível presságio;
 já choram a sua ruína, uma vergonhosa calamidade
 abate-se sobre eles, com sangue derramado e, miseráveis,
 tremem de pavor ao ouvir o nome dos portugueses.

No ânimo dos Lusos recrudescem a ira e a honra. Arrebatados pelas
 armas e pelo ardor de Marte vingarão a pátria e hão-de resgatar o seu nome que
 jaz sepulto, para que se erga do pó, rediviva, a sua glória.

*At Lasis surgunt animis maioribus irae,
 Ignescitque pudor: rapiunt nos arma, calorque
 Martius; ulcisci patriam, reparare sepultum
 Nomen, ut exurgat rediuiuo e puluere fama*⁵⁰.

Era isto, ó Altíssimo, continua o poeta, que guardáveis para Portugal,
 depois de tantos anos de luto e sofrimento:

⁴⁹ Cfr. *Corpus...* op. cit. vv437-450, pp. 92-93.

⁵⁰ Cfr. *Corpus...* op. cit. vv451-454, p. 93.

Ó feliz geração a nossa, ó felicidade destes tempos, e felizes de nós,
a quem foi dado viver para ver a nossa Rainha acrescida ao número dos santos.

*O felix aetas, felicia tempora, nosque
Felices! quibus est permissum uiuere, cum iam
Reginam caelo adscriptam, Diuumque relatam
In numerum uidisse datum est! (...)*⁵¹

A felicidade que provém da canonização de St.^a Isabel redime a dor dos tempos presentes que o poeta já vê transformados pela esperança. Finalmente, os seus últimos versos dirigem-se à Pátria enlutada, para que deponha as vestes fúnebres e enxugue as lágrimas dos seus olhos:

*Ergo maesta Parens longo iam soluere luctu
Lysia, funereos habitus deponere, grauesque
fletu attolle oculos*⁵² (...)

Para que de novo se levante, pela mão de St.^a Isabel, no esplendor da sua coroa, tal como outrora a Europa a via: vencendo pela espada a África, rasgando o mar alto, chamando ao seio da Fé e à Lei de Cristo os povos longínquos da Ásia, aniquilando cidades, debelando tiranos, trazendo de todo o mundo nobres vitórias:

*Talem te ore refert, qualem te Europa uidebat
Vastantem ferro Libyam, et maria alta secantem,
Extremosque Asiae populos, gentesque nefandas
Ad Fidei gremium, Christique ad iura uocantem:
Excidentem urbes, debellantemque Tyrannos,
Et claros domito referentem ex orbe triumphos*⁵³.

É o que lhe anuncia, lá de seus altares acabados de erguer, St.^a Isabel, e disso deixa o penhor das suas relíquias:

⁵¹ Cfr. *Corpus...* op. cit. vv 461-465, p93.

⁵² Cfr. *Corpus...* op. cit. vv475-477, p94.

⁵³ Cfr. *Corpus...* op. cit.vv. 490-495, p 94.

*Talia Diua recens positis tibi nuntiat Aris;
In pignus uiuos cieneres, atque ossa reliquit*⁵⁴.

Para uma leitura do poema

É inegável a possibilidade de uma leitura política deste texto. A figura derrotada que St^a Isabel ergue, a quem devolve o aspecto real, a quem impõe de novo o ceptro e a coroa, começa por ser D. Sebastião moribundo num desolado campo de batalha, para acabar sendo a própria terra Lusa a quem depois o poeta se dirige até ao final do poema.

O poema, basicamente, encena um desfile dos soberanos de Portugal, figuras identificadas pelo nome ou, ocasionalmente, pelo cognome, ou ainda por atributos iconográficos já do domínio comum. Tais figuras são heróis do passado sobre quem o poeta projecta a virtude da excelência, como se a uma idade de ouro pertencessem, por isso 'é mais nobre a sua aparência, e o esplendor que os cerca supera o sol'⁵⁵. A crença na excelência dos monarcas portugueses não é exclusiva deste período da nossa história⁵⁶, mas ganha nele um valor mais pertinente, social e politicamente. Os heróis que vemos desfilar preparam um momento central, este fora dos limites do tempo, o momento em que Santa Isabel ergue da ruína o último monarca do desfile, D. Sebastião. Depois da leitura dos passos que citámos, compreende-se perfeitamente o silêncio com que o poeta omite os reis D. Filipe I, D. Filipe II e D. Filipe III⁵⁷. Embora tivessem sido legitimamente aclamados, e neles corresse o mesmo sangue que na Casa de Bragança, não os identificava a nação comum aos portugueses, cuja consciência colectiva se vinha apurando. Além disso, a crise geral que se fazia

⁵⁴ Cfr. *Corpus...* op. cit. vv. 496-497, p. 94.

⁵⁵ Cfr. p. 351.

⁵⁶ Testemunha-o, por exemplo, o exórdio do *De Regis Institutione et disciplina* de D. Jerónimo Osório, tratado que dedica a D. Sebastião. Cfr. a obra de Nair Castro SOARES, *O Príncipe Ideal no séc. XVI e a obra de D. Jerónimo Osório*, INIC, Coimbra, 1994, p. 298.

⁵⁷ O ambiente universitário de Coimbra na década de 20 não se eximiu ao mais ou menos geral descontentamento do reino com os destinos que tomava o país quarenta anos depois da união das Coroas. Três anos depois da publicação desta colectânea, em 1629, na Oração de Sapiência que proferiu na Universidade, o P. Francisco Machado SJ, no habitual tópico de elogio do Rei, escolhe, para louvar, D. João III, deixando no silêncio D. Filipe. Sem o carácter optimista deste poema, e em vários passos do seu discurso o P. Machado enaltece o passado para mover o auditório ao aborrecimento do presente, de ruína e desolação. Veja-se MIRANDA URBANO, Carlota, *A oração* op. cit. pp 68-71.

sentir reforçava o entendimento dos soberanos da dinastia filipina como 'reis estrangeiros'. Este entendimento faz-se acompanhar naturalmente de uma atitude hostil, como curiosamente antevira D. Jerónimo Osório no *De Regis institutione*⁵⁸.

O jovem rei D. Sebastião e o Cardeal D. Henrique são inicialmente referidos a par e, logo depois, este último dilui-se no destaque dado ao primeiro. Todo o poema é um crescendo orientado para o momento em que o motivo principal da composição, a canonização e o triunfo da Rainha, escatologicamente se transforma no motivo da redenção da pátria que recupera a integralidade da soberania e se liberta das agressões externas de mouros e holandeses⁵⁹.

Todo o poema se desenvolve no ambiente fantástico e maravilhoso da visão onírica do poeta, bastante ao gosto da estética barroca. Em última instância, o poema resulta de uma revelação mística. Os heróis são-nos apresentados pelas virtudes próprias ou da Rainha, herói principal do poema. Não assistimos ao decurso da sua acção, pois eles ultrapassaram já os limites do tempo real. O maravilhoso actuante é, naturalmente, o maravilhoso cristão, omnipresente no poema, e a mitologia é a nacional. Podemos dizer que se trata aqui de um poema épico-místico em que não conseguimos distinguir a crença nacional da religiosa, porque as duas são inseparáveis. Patriotismo e religião são aqui intrinsecamente dependentes.

A esta altura era já corrente em certos meios a ideia, que se veio a generalizar e propagandear depois da Restauração, de que Portugal era detentor de um destino sagrado que consistia em última instância em evangelizar o mundo. Lembremos que Portugal nasceu em ambiente de reconquista, de cruzada, e que depois se deixou surpreender com as suas próprias capacidades de expandir

⁵⁸ Como observa SOARES, Nair, op. cit. p 400: "Se a semelhança de vida e de costumes atrai a fidelidade e o amor do povo, a ausência dessas afinidades, que o rei estrangeiro encarna, afasta o consenso unânime e a afeição dos súbditos, indispensáveis ao bem-estar e à estabilidade. É o que acontece quando , ou por direito sucessório ou por matrimónio, ou por qualquer outra razão – *uel hereditario iure, uel matrimonio, uel qualis alia ratione* – cabe um reino a um príncipe estrangeiro (269.30-270.5; 270.16 e sq.). A insistência neste tema clássico permitia a Osório dar expressão a uma realidade bem portuguesa de certa hostilidade, corrente na época, desde o casamento de D. João III, contra os espanhóis que vieram no séquito de D. Catarina e que devido à política castelhanizante que a rainha se esforçou por impor, ocuparam lugares de relevo (...) É além disso este tema uma antevisão de um futuro bem próximo que a fortuna nos tinha reservado".

⁵⁹ Note-se que data do ano da canonização da Rainha, um ano antes da publicação do poema, a reconquista da Baía, então dominada pelos holandeses, facto que decerto também contribuiria para o ressurgir da esperança no quadro geral de decadência do poder marítimo português.

a cultura latina e cristã num movimento que foi de abertura de novas vias nas relações internacionais, de expansão económica, de proselitismo religioso, movimento interrompido por uma crise geral da nação que se conjugou com a união das coroas de Portugal e Espanha e seus efeitos agravantes naquela crise. O período do chamado 'domínio filipino' é fecundo na criação ou recuperação de mitos nacionais que contribuem decisivamente para o fortalecimento da consciência colectiva de independência e de soberania. Entre as profecias e as revelações mais variadas, destacam-se o Milagre de Ourique e o Sebastianismo, nas suas diversas tonalidades. No poema do P. Francisco Macedo é o mito do messianismo sebastianista que sustenta a mensagem final e revela o seu significado último, embora o milagre de Ourique esteja também muito presente, não só na função identificadora de D. Afonso Henriques, que abre o cortejo, mas também no pressuposto, presente no poema e mais explícito no final, da vocação universalista⁶⁰ de Portugal, um novo 'povo eleito', chamado desde a sua fundação a convocar as nações ao seio da Fé Cristã. A figura daquele monarca, cuja veneração desde o início do séc. XVII se intensificara surge, aliás, frequentemente associada a D. Sebastião⁶¹.

Na verdade, se o milagre de Ourique, oportunamente recuperado neste período, revelava uma fundação divina da pátria, detentora de uma missão universal e profetizava a perda da independência e posterior recuperação, entendia-se assim que a opressão que recentemente se agudizava era transitória, alimentando-se desse modo a esperança. A evocação deste mito, como afirma João Francisco Marques, constituiu mais tarde, nas lutas de resistência depois da revolução de 1640, "um expoente dinâmico para a crença no triunfo"⁶².

O mito sebastianista, que nesta altura (47 anos depois de Alcácer-Quibir) não seria já a crença no regresso real do *Desejado*, surge aqui intimamente associado ao Milagre de Ourique na medida em que este aponta para o carácter transitório deste período de crise. A recuperação de D. Sebastião (o próprio ou a sua revivência num herdeiro da Casa de Bragança) constitui o momento de superação dessa crise. Restituídos o ceptro e a coroa a seu rei, e depois do triunfo da Rainha Santa, o poeta pode cantar, por antecipação, a vitória da nação

⁶⁰ Veja-se por exemplo a representação de D. Manuel. Cfr. p. 355.

⁶¹ Circulou p. ex. o relato do milagroso prodígio segundo o qual estando cinco frades cruzios junto do seu túmulo, um deles disse que estava próxima a vinda de D. Sebastião, e logo se ouviram três fortes pancadas na sepultura. Cfr. SERRÃO, J. op. cit. p 391.

⁶² MARQUES, Francisco, op. cit. II, p245.

Lusa a quem St^a Isabel também estendeu a mão. D. Sebastião identifica-se plenamente com o reino, a ruína de um foi a ruína do outro, por isso era compreensível que a redenção nacional passasse pelo resgate simbólico do seu último rei legítimo (do ponto de vista do poeta). Esta redenção é possível graças à protecção divina por intercessão da Santa, que significativamente é também Rainha, cujas virtudes de piedade e caridade vimos desfilar.

A longa existência do mito sebastianista, se nele subsumirmos a notável expectativa que a nação colocou no nascimento de D. Sebastião a ponto de lhe dar o cognome de *O Desejado*⁶³, teve neste período grande repercussão, sobretudo a partir de 1625, quando aumenta no Reino o culto profético e a este se associa um cada vez mais geral eco de oposição à união das coroas ibéricas⁶⁴.

Textos como este, não só deixavam transparecer o pensamento dos seus autores, como a oscilação dos movimentos políticos, e permitem-nos hoje ajuizar das correntes dominantes no meio em que foram escritos e publicados.

Embora formalmente, como acima dissémos, o poema não use as rituais *propositio* e *invocatio*, nem faça uma *narratio*, compreendemos, no contexto da concepção literária do seu tempo, a designação que o autor lhe dá de poema épico, não só pelo uso do hexâmetro dactílico melhor adaptado à nobreza do tema, mas também pela linguagem⁶⁵ e pela matéria. O louvor da Rainha, agora Santa, transforma-se no louvor dos heróis fundadores de um país e do seu império, heróis que por sua vez são subsídios para o louvor daquela. Num primeiro plano a epopeia faz-se da gesta do herói, neste caso as virtudes da piedade, pobreza e caridade da Rainha, bem como dos seus esforços por conseguir a paz dentro do Reino, e num segundo plano, que se vai tornando cada vez mais claro até se explicitar no final, desenrola-se a epopeia de um país que de tão largo império vê perdida a sua soberania, esperando, embora, na sua

⁶³ Filho póstumo do último dos nove filhos que D. João III viu morrer, D. Sebastião não podia deixar de ser tão esperado, e toda a sua existência foi naturalmente marcada pela necessidade de garantir sucessão, questão que já preocupava grandemente o humanista D. Jerónimo Osório, na obra que dedica a D. Sebastião, o *De Regis institutione* supracitado. Mais tarde, o humanista cujos conselhos o jovem monarca não acolheu, partindo para África sem ter garantido a descendência, veio a expôr em vários documentos a sua posição política perante as consequências que previra. Veja-se PINHO, Sebastião Tavares de, "D. Jerónimo Osório e a crise sucessória de 1580" Actas do congresso *Humanismo Português na época dos descobrimentos*, Coimbra, 1993, 305-329.

⁶⁴ A propósito destas esperanças de autonomia veja-se SERRÃO, J. op. cit. pp 104-106.

⁶⁵ Sobretudo nos passos que a tal mais se prestam, como o episódio em que St. Isabel intervém no combate que se prepara entre D. Dinis e o filho.

recuperação. A união dos dois planos faz-se claramente na parte final do poema, quando a canonização de D. Isabel não é apenas motivo de alegria *per se* (e não esqueçamos o significado político da canonização da Rainha, como elemento de prestígio diante da Europa católica), mas também (e porque não sobretudo) por, no plano textual, estar eminente a restituição (escatologicamente real) daquela soberania ao país. O poema, usando embora a descrição da imagem desolada do reino, é sobretudo uma afirmação de optimismo, de confiança no momento, na graça e na intercessão do herói principal, Santa Isabel.

Poemas como este terão, decerto, contribuído para a consolidação do movimento que possibilitou a aclamação de D. João IV, e o seu estudo, bem como de outros que, por serem latinos são injustamente ignorados, talvez possa contribuir para um conhecimento mais autêntico dos ideais e aspirações dos autores deste período⁶⁶.

⁶⁶ Num comentário demolidor à obra de Hernani CIDADE, *A literatura autonomista sob os Filipes*, 1948, Eugenio ASENSIO ("España en la épica portuguesa del tiempo de los Filipes (1580-1640) Al margen de un libro de Hernani Cidade", *Estudios Portugueses*, Centro Cultural Português, Paris, 1974) denuncia o exagero e a parcialidade daquele autor ao estudar a epopeia deste período. O seu estudo, que pretende completar o elenco de poemas épicos apresentados por Hernani Cidade, refere mais vinte e cinco, uns em português, outros em castelhano, e pelo descrédito que confere àquele autor cada vez que o cita, bem como pelo destaque dado aos poetas daquele período que celebram a unidade peninsular, parece cair na parcialidade que critica, ignorando o real significado de alguns poemas que deram expressão ao desejo colectivo de aclamar um rei nacional.